COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL

PROJETO DE LEI Nº 51, DE 2007

Institui isenção de tributos federais incidentes sobre produtos destinados à alimentação humana.

Autor: Deputado NEILTON MULIN

Relator: Deputado LUIZ CARLOS SETIM

I - RELATÓRIO

O projeto de lei em epígrafe, de autoria do nobre deputado Neilton Mulin, intenta isentar do Imposto sobre a Renda de Pessoas Jurídicas (IRPJ) e das contribuições federais — Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/PASEP) e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) — as receitas advindas da produção e comercialização de alimentos considerados de primeira necessidade e de grande consumo pela população de renda mais baixa.

Estabelece ainda que a isenção pretendida não se aplicará às operações destinadas à exportação para o exterior e à industrialização.

Ademais, imputa ao sujeito passivo a obrigatoriedade de segregação da escrituração contábil das receitas relativas às operações isentas e o registro no Livro Caixa por aqueles dispensados da escrituração comercial.

A proposição está sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões (art. 24, II do RICD), tendo sido distribuída às Comissões de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural; de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania (art. 54 do RICD). Decorrido o prazo regimental, não foram apresentadas emendas ao projeto de lei.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

A incidência de tributos sobre a produção e comercialização de produtos alimentícios é apontada por especialistas como importante componente dos preços dos alimentos produzidos e consumidos pela população brasileira. Os impostos e as contribuições que recaem sobre os preços dos alimentos têm reflexos mais significativos sobre os segmentos da sociedade que destinam a maior parcela de seus rendimentos ao consumo de produtos de primeira necessidade.

A desoneração dos impostos e contribuições federais nas cadeias produtivas dos alimentos de consumo popular é também nosso objetivo como parlamentar. Defendo especialmente a desoneração fiscal dos agricultores, o que concorrerá para a diminuição dos custos de produção e dos preços dos alimentos oferecidos à população, situação que certamente repercutirá na melhoria da alimentação e nutrição da sociedade brasileira.

Visando ao aperfeiçoamento do projeto de lei, sugerimos, por meio de emenda, a supressão do parágrafo único do artigo 2º. A emenda se justifica por dois motivos: primeiro, pelo fato de que a legislação vigente já prevê a não incidência do PIS/PASEP (art. 5º, inciso I, da Lei nº 10.637, de 2002) e da COFINS (art. 6º, inciso I, da Lei nº 10.833, de 2003) sobre as exportações em geral, incluindo, obviamente, os produtos listados no artigo 1º do projeto de lei sob análise; segundo, ao suprimirmos o dispositivo, eliminamos uma incongruência existente no projeto. O parágrafo único excluía da isenção tributária as operações de industrialização, todavia, produtos listados no *caput* como isentos são classificados (na legislação tributária em vigor) como produtos industrializados, como a rapadura, fubá, farinha de

mandioca e açúcar mascavo. Ademais, mesmo produtos *in natura* após receberem embalagens são considerados produtos industrializados, o que limitaria a aplicação da lei apenas aos produtos comercializados a granel.

Outrossim, especificamente quanto aos aspectos tributários, acreditamos que a Comissão de Finanças e Tributação deverá analisar a proposição em maior profundidade para o aperfeiçoamento do projeto.

Com base no exposto, voto pela **aprovação** do projeto de lei nº 51, de 2007, **com uma emenda supressiva**, deste Relator.

Sala da Comissão, em   de   de 2007.

Deputado LUIZ CARLOS SETIM
Relator

**COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO
E DESENVOLVIMENTO RURAL**

PROJETO DE LEI Nº 51, DE 2007

Institui isenção de tributos federais incidentes sobre produtos destinados à alimentação humana.

EMENDA Nº 01 (do Relator)

Suprima-se o parágrafo único do art. 2º do projeto de lei:

Sala da Comissão, em   de   de 2007.

Deputado LUIZ CARLOS SETIM